

**48º Encontro Nacional de Economia – ANPEC 2020**  
**Área 1. História do Pensamento Econômico e Metodologia**

**Para além do historicismo e do nacionalismo: definições de economia política na Alemanha oitocentista**

**Ian Coelho de Souza Almeida**

Doutor em Economia, Cedeplar/UFMG  
iancsalmeida@gmail.com

**Luiz Felipe Bruzzi Curi**

Professor do Cedeplar/UFMG  
luizfelipelfbc@cedeplar.ufmg.br

**Resumo**

A compreensão usual do pensamento econômico alemão no século XIX é atravessada pela ideia, derivada da “controvérsia dos métodos” entre Gustav Schmoller e Carl Menger, de que, na Alemanha oitocentista prevaleceria uma economia política marcada pelo historicismo e por uma ênfase “excessiva”, de caráter nacionalista, no Estado. Na esteira de uma linha historiográfica mais recente, que questiona esse “excepcionalismo alemão”, este artigo se utiliza de definições de economia, presentes em livros-texto da disciplina produzidos na Alemanha ao longo do século XIX, para mostrar que o pensamento econômico alemão oitocentista foi marcado por uma coexistência de perspectivas: não houve predominância clara, seja do método histórico, seja de uma perspectiva nacionalista. No início do século, na esteira da recepção de Smith, as definições eram baseadas no indivíduo e tinham afinidade com a economia política clássica. A partir de meados do Oitocentos, definições mais nacionalistas ganham importância, mas, conforme mostramos, mesmo no período de auge da chamada “escola histórica alemã”, com Schmoller, a definição de economia política permaneceu em disputa na Alemanha.

**Palavras-chave: pensamento econômico alemão; definições de economia política; escola histórica alemã; nacionalismo econômico.**

**Abstract**

The usual understanding of 19<sup>th</sup>-century German economic thought is marked by the idea, derived from the “battle of methods” between Gustav Schmoller and Carl Menger, that the political economy prevailing in Germany was characterized by historicism and by an “excessive”, nationalist emphasis on the state. Following a recent historiographical line that questions this “German exceptionalism” in the history of economics, this paper explores definitions of political economy, presented in textbooks produced in 19<sup>th</sup>-century Germany, to show that German economic thought in that century was actually characterized by a coexistence of perspectives: there was no clear predominance of either the historical method, or the nationalist perspective. At the beginning of the century, in the context of the Smith reception, definitions were based on the individual and attuned with classical political economy. From the middle of the century onwards, nationalist definitions gained importance. However, as we show in the paper, even during the heyday of the so-called “German historical school” led by Schmoller, the definition of political economy remained a disputed field in Germany.

**Keywords: German economic thought; definitions of political economy; German historical school; economic nationalism.**

**Códigos JEL: B15, B19, B41.**

## Para além do historicismo e do nacionalismo: definições de economia política na Alemanha oitocentista

### 1 Introdução

A compreensão usual do pensamento econômico alemão do século XIX é dominada por um evento-chave: o *Methodenstreit*, isto é, a controvérsia dos métodos, iniciada em 1883, por Gustav von Schmoller e Carl Menger. Nesse contexto, o método histórico-indutivo da escola histórica alemã de economia (EHAE) é contrastado com o abstrato-dedutivo, associado a Menger e à escola austríaca. Ligado ao momento do *Methodenstreit*, o pensamento alemão oitocentista é tido como um desvio equivocado no caminho trilhado na evolução das principais correntes do pensamento econômico, notadamente na França e Grã-Bretanha. A partir dessa visão, os autores alemães são generalizados enquanto ferrenhos críticos do *laissez-faire* e do dedutivismo britânicos. Sendo assim, em geral, a posição schmolleriana tende a ser igualada ao pensamento alemão. Por outro lado, o nacionalismo e estatismo dos autores por vezes é associado a eventos posteriores. Essa segunda mistificação pode ser observada no contexto dos debates historiográficos a respeito do período nazista. De forma evolutiva, procuram-se “raízes” para as ideias econômicas do regime desde o início do século XIX, atribuindo-se a autores de distintas perspectivas os “germes” daquilo que viria a ser o pensamento autoritário e nacionalista do terceiro *Reich*.

Em ambos os casos, o que se tem é o tratamento do pensamento alemão enquanto algo especial, que teria trilhado um caminho próprio e, nesse caso, negativo. De maneira mais ampla na historiografia, essa interpretação é denominada “tese do *Sonderweg*” e tem sido bastante questionada nas últimas décadas. Para desfazer equívocos, no plano da historiografia do pensamento econômico, derivados dessa interpretação baseada no *Sonderweg*, exploramos algumas definições de economia política elaboradas na Alemanha oitocentista, para apresentar a diversidade de perspectivas existentes no pensamento alemão daquele período. Como fontes, utilizamos principalmente manuais de economia política publicados ao longo do século XIX na Alemanha. Era parte da tradição acadêmica germânica que os professores publicassem seus próprios livros-textos, entre os quais havia relativa afinidade na forma e estrutura. Sendo assim, esses livros apresentavam, em algum momento, uma definição do que era a disciplina da economia. Examinadas em perspectiva histórica, essas notas revelam linhas de continuidade e rupturas, colocando em questão as tentativas de uniformização do pensamento alemão e diferenciando propriamente autores que são por vezes reunidos numa mesma categoria.

Iniciamos, então, na seção dois, com uma apresentação da ideia de *Sonderweg* na historiografia, examinando seus significados para a história das ideias econômicas. Posteriormente, passamos à análise das definições utilizadas para caracterizar a disciplina da economia. Na seção três, aplicamos esta análise a autores da primeira metade do século, notadamente antes do historicismo e do surgimento de uma ideia nacionalista de ciência econômica. Na quarta seção, mostramos como, mesmo no período de influência da escola histórica, não se pode ignorar vozes dissidentes que advogavam uma definição não-nacionalista de ciência econômica. Na última seção, apresentamos as considerações finais.

### 2 *Sonderweg* no pensamento econômico alemão?

A tradução literal de *Sonderweg* é “caminho particular/especial”, mas o termo é melhor entendido como “excepcionalismo alemão”. Sua intenção é apontar como a trajetória única do povo alemão o marca e diferencia, principalmente dos demais povos europeus ocidentais. A aplicação da noção de *Sonderweg* possui dois momentos distintos na historiografia, um positivo e outro negativo, e ambos estão relacionados a possíveis reflexos mistificadores na literatura a respeito do pensamento econômico daquele país. Em um primeiro momento, especialmente a partir da unificação alemã de 1871 até o período da “era da catástrofe”, era comum apontar características geográficas e históricas particulares ao desenvolvimento daquele país, as quais seriam responsáveis por algo além da distinção

tradicional de trajetórias de desenvolvimento. Tais características eram utilizadas para justificar uma suposta superioridade cultural alemã: ou seja, seria um *Sonderweg* positivo. Aqui as características particulares alemãs foram as responsáveis pelo seu “estado de bem-estar social” ou mesmo pela ética de trabalho prussiana em oposição ao liberalismo, parlamentarismo e hedonismo característicos das nações da Europa ocidental (Kocka 1999, 41).

Nesse último terço do Oitocentos, com a fundação do Reich, o entendimento positivo a respeito do *Sonderweg* ganhou contornos claros. As comparações eram frequentes, com países a leste e a oeste. A avaliação a respeito da “autocracia russa” e do Império Habsburgo, dilacerado por conflitos entre distintos povos, tendia a ser depreciativa. É certo que houve alguma admiração pelo parlamentarismo inglês, pela cultura francesa e mesmo pelo empreendedorismo americano, mas isso não impedia que a maioria da *intelligentsia* alemã tendesse a crer na superioridade da via germânica de acesso à modernidade. No cômputo geral, a forte monarquia alemã, com sua administração incorruptível e eficaz, era vista como bastante superior à corrupta democracia francesa e à monarquia inglesa, com sua economia aristocrática e exclusivista. Sobretudo, considerava-se o sistema acadêmico e educacional alemão como indício inegável de êxito, num mundo cada vez mais baseado na inovação científica e no progresso técnico. No limite, o “espírito alemão”, marcado por instrução e religiosidade, ordem e disciplina, estaria, nessa perspectiva, em posição de superioridade com relação à superficialidade francesa e ao pragmatismo inglês. Essa combinação de ideias variou, teve diversos matizes, foi refinada e, em alguns casos, ganhou ares de arrogância nacionalista. Contudo, provou-se capaz de formar um consenso entre os intelectuais alemães. Isso fica claro quando se leva em conta em que medida as principais cabeças pensantes no campo das humanidades na Alemanha oitocentista partilhavam dessa tese de um *Sonderweg* positivo. As figuras de Max Weber, Gustav Schmoller, Friedrich Meinecke, Ernst Troeltsch evidenciam esse “consenso”, apesar das muitas diferenças existentes e da postura crítica em alguns casos (Wehler 2008, 461-462).

Com o estourar da Primeira Guerra, contudo, iniciou-se um processo de radicalização dessas ideias positivas a respeito da via alemã. Ao longo dos anos de conflito, ganharam força as “ideias de 1914”, que se opunham aos valores universalistas da Revolução Francesa. A ideologia beligerante postulava que a “liberdade alemã” deveria triunfar sobre os direitos liberais dos regimes democráticos ocidentais. A tendência combativa, forjada nos anos de guerra total, manteve-se e até aprofundou-se depois de 1918, na esteira de três eventos: a derrota na guerra, a derrocada da monarquia – não apenas do *Kaiser*, mas de todas as casas reinantes regionais – e a Revolução de Novembro (1918-19). Essa conjuntura traumática, ao invés de levar a uma autocrítica, acabou por desencadear uma reação compensatória, que dogmatizou e glorificou o *Sonderweg*, postulando que a Alemanha somente reencontraria o caminho da grandeza, se se ativesse às suas fontes mais primevas e puras. O nacional-socialismo, que foi alçado ao poder no início dos anos 1930, não somente tomou para si essas ideias, boa parte das quais se haviam tornado a essa altura clichê intelectual, mas perverteu-as como uma missão a ser perseguida por um império racial germânico. Esse Terceiro Reich, deveria, a partir de seu domínio sobre uma Europa central livre de judeus, exercer um papel de “protetor” das demais nações do mundo (Wehler 2008, 464).

A segunda onda de interpretações sobre o excepcionalismo alemão ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Na esteira da derrocada do Terceiro Reich, historiadores utilizaram a ideia de *Sonderweg* para justificar a razão do Nazismo ter se desenvolvido em território alemão, ou mais especificamente, como a Alemanha obteve uma resposta fascista, marcada pela perversão do genocídio, para a crise do período entreguerras (Kocka 1998; Kocka 1999). As características especificamente alemãs agora ressaltadas seriam relacionadas à modernização incompleta, que, iniciada tardiamente, foi caracterizada pela rápida industrialização, crescimento populacional e migração, mas também pela existência generalizada de instituições não democráticas e severa estratificação social. Também se menciona o “espírito militar”, especialmente na busca de equiparação e superação das demais potências mundiais (Moraes 2018). Nessa perspectiva do pós-guerra, esse “caminho especial” desembocava necessariamente na catástrofe e na política de

extermínio. Paradoxalmente, porém, abria caminho para uma segunda tentativa liberal-democrática de organização do Estado alemão, a partir de 1949. Essa visão crítica da “via alemã”, consolidada ao longo da segunda metade do século XX, vigorou de maneira hegemônica não só entre os historiadores, mas também no campo amplo das humanidades, chegando a tornar-se uma espécie de visão oficial, orientando os posicionamentos e ações da República Federal da Alemanha, fundada em 1949.

Isso não significou, no entanto, que as teses do *Sonderweg* negativo não tenham gerado polêmicas intelectuais. A partir dos anos 1980, novas experiências políticas e geracionais, bem como questionamentos políticos e metodológicos mais refinados começaram a ganhar espaço, contribuindo para uma relativização de várias dessas teses. Do ponto de vista dos fundamentos, o principal questionamento referia-se à conceituação do “caminho excepcional”, que pressupunha, histórica e normativamente, um “caminho normal”. A história de alguns países – em particular, da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França – teria sido idealizada, mal compreendida ou mesmo “ajustada” para que fossem constatados os “desvios” alemães. Se essa idealização da história ocidental não resiste à pesquisa histórica mais realista, desfaz-se também sua contraparte: a ideia de excepcionalidade (Wehler 2008, 468). No limite, a interpretação do *Sonderweg* acabava por impor uma leitura anacrônica da história da Alemanha, conforme observa Koselleck (2014, 349): “a tese do caminho particular alemão sugere uma sequência causal forçosa *ex ante*, que, inevitavelmente, precisava levar à catástrofe culposamente causada”.

Em relação à historiografia do pensamento econômico, a principal mistificação com raiz na tese do *Sonderweg* é da exacerbação da centralidade da escola histórica no pensamento alemão, ligando essa escola a um processo evolutivo retilíneo guiado por um estatismo e um nacionalismo incontornáveis, que desaguaria no nazismo. Na Alemanha, assim como em outros países, a pesquisa e o ensino de economia teórica a partir do final da Segunda Guerra Mundial convergiu para um *mainstream* neoclássico (Häuser 1994), ainda que houvesse uma dimensão ética inspirada na EHAE, notadamente no caso do Ordoliberalismo desenvolvido a partir do entreguerras (Goldschmidt 2002). Nesse ambiente intelectual marcado pela superação dos traumas da guerra e pelas tentativas de substituir as ideias do passado por algo novo, comete-se o equívoco não só de generalizar o papel da ideia de nação no pensamento alemão do século XIX – por vezes, ligando-se isso aos termos utilizados para designar a disciplina econômica: em especial *Volkswirtschaft* e *Nationalökonomie* –, mas, também, de não delimitar precisamente o historicismo, como se, no século XIX e no início do século XX, ser um economista alemão e ser historicista fosse mais ou menos a mesma coisa.

Adepto dessa interpretação associada à tese do *Sonderweg*, Iggers (1967) analisa o historicismo alemão, a partir de Leopold von Ranke e argumenta que essa perspectiva de análise histórica se tornara dominante na Alemanha como nenhuma outra se tornou em qualquer outro lugar do mundo, sendo muito mais resistente às modificações sociais, políticas e tecnológicas<sup>1</sup>. A tradição historicista teria surgido como uma reação “nacional-germânica” à Revolução Francesa e à dominação napoleônica e teria como marca mais característica a negação da doutrina da lei natural. Através disso, negava-se a possibilidade de normas gerais, reconhecendo que valores existem apenas em meio a um contexto histórico. Com isso, o indivíduo não deveria ser entendido a partir de uma generalização, mas dos valores específicos em meio aos quais existe. Do mesmo modo que indivíduos, instituições também só poderiam ser entendidas a partir de suas particularidades, impossibilitando qualquer busca de leis históricas. Nesse contexto, o Estado é uma instituição que deve ser entendida em sua individualidade e pode buscar o desenvolvimento de seu potencial de modo autônomo, ou seja, não como um conceito abstrato que meramente representa a ideia da união de indivíduos. Essas potencialidades, continua Iggers (1967, 384), são expressas através do poderio militar e político e o historicismo via na política autocrática bismarckiana o “cumprimento da história

<sup>1</sup> Bentivoglio (2011, 84) argumenta que ainda existem resquícios dessa abordagem excepcionalista na interpretação da posição de Ranke na historiografia.

alemã.” Já na virada do século XX, autores como Dilthey, Rickert e Weber viriam a criticar o relativismo ético do historicismo, mas sem oferecer uma saída plausível para o problema e mantendo a ideia de que valores são historicamente condicionados. Crucial na narrativa de Iggers é como, durante a Primeira Guerra Mundial, o historicismo “se dissolveu em relativismo ético e ultranacionalismo”, algo ainda mais aparente durante o entreguerras. Desta forma, a narrativa do *Sonderweg* é aplicada no desenvolvimento de uma perspectiva teórica, enfatizando uma linha de evolução do pensamento e generalizando aspectos que seriam cruciais para o Terceiro Reich, especialmente o surgimento do ultranacionalismo<sup>2</sup>.

Avraham Barkai é outro historiador que adere ao excepcionalismo alemão, aplicando esta tese especificamente à evolução da ciência econômica. Ao discutir as bases do sistema econômico nazista, Barkai ([1977] 1990) liga o pensamento daquela época a uma tradição que seria centrada na escola histórica, mas que englobaria também pensadores de diversos períodos, de Adam Müller (1779-1829) a Werner Sombart (1863-1941), conectando-os de modo evolutivo e baseando-se na interpretação histórica dos próprios economistas do regime nazista. Barkai ([1977] 1990) reforça essa interpretação ao destacar como denominador comum de várias correntes oitocentistas a aplicação à teoria econômica, mesmo que com ênfases diferentes, de uma ideia orgânica e autoritária de Estado; algo que o aproxima do fio condutor do ultranacionalismo de Iggers. Coincidente também é a ideia de que um pensamento liberal fora abandonado após o fracasso da Revolução de 1848, abrindo espaço para o conservadorismo e o intervencionismo estatal.

Ainda assim, Barkai ([1977] 1990, 83-90) faz diferenciações importantes, por vezes ignoradas na literatura a respeito da EHAE, como apontar o viés liberal de Lujo Brentano e a distância metodológica entre a escola histórica e Adolph Wagner<sup>3</sup>. Mesmo reconhecendo tais divergências, Barkai os coloca novamente dentro desta corrente “nacional-estatista” contínua que deságua no pensamento nazista (nacional-estatismo extremado no caso de Wagner e ocasional no caso de Brentano). Ao reforçar a importância dessa corrente, há também exageros quanto ao domínio da escola histórica no pensamento alemão, principalmente no que tange aos seus “fundadores”: Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrandt<sup>4</sup>. Barkai também enfatiza como os autores da EHAE, já a partir de sua primeira geração, tomam para si o termo *Volkswirtschaft*, dando a ele sentido diverso àquele que existia anteriormente. O termo também seria central para a economia nazista, mas com sentido novamente modificado. Essa diferenciação entre o sentido atribuído a *Volkswirtschaft* no século XIX e a apropriação nacional-socialista é, em geral, correta, porém é pouco explorada por Barkai. Em resumo, apesar de conseguir identificar certos aspectos do pensamento econômico e social popular entre os membros do partido nazista, a interpretação de Barkai tende a simplificar em demasia a compreensão do desenvolvimento das ideias econômicas na Alemanha oitocentista.

Membros da escola austríaca também aderiram à tese do *Sonderweg* ao sugerirem ligações entre a história alemã no século XX e a escola histórica. Ludwig von Mises (1984 [1969], 31), por exemplo, acusa o pensamento da escola histórica, e aqui se referindo tanto ao socialismo de Estado de muitos de seus membros quanto à sua falha compreensão do método e do objeto da ciência econômica, como a origem das políticas que resultaram em grandes catástrofes como o nazismo. Para Mises (1985 [1944]), as políticas protecionistas alemãs, que são uma deturpação da obra de List feita por seus sucessores, e a busca pelo Estado de bem-estar social geram um inevitável descompasso econômico, que a Alemanha buscou solucionar através da guerra e expansão territorial. Mises

<sup>2</sup> Outros fatores particulares da Alemanha também são citados, como sua engessada estrutura universitária. Tal estrutura impedia a renovação dos quadros universitários, mantendo uma abordagem fortemente idealista (Iggers 1967, 393).

<sup>3</sup> Wagner é autor destacado no que diz respeito a supostas “influências” sobre o nazismo. Ver Clark (1940), onde se classifica Adolph Wagner como “nacional-socialista”.

<sup>4</sup> Weber (1922 [1903-1906], 42-3), por exemplo, aponta como Knies, diferentemente de Roscher, não obteve sucesso imediato com sua obra, tida como essencial para EHAE, *A Economia Política do ponto de vista do Método Histórico*, de 1854. Apenas nos anos do lançamento da segunda edição, em 1883, teria o livro se tornado popular.

também enfatiza como Schmoller e Wagner apoiavam uma política expansionista para a Alemanha na virada do século XIX para o XX.

Embora bastante influente, essa visão presa à tese do *Sonderweg* negativo não era unanimidade. Já em meados do século XX, Günter Schmolders (1961), um dos pioneiros da economia comportamental, já distinguia claramente entre List (como precursor da ideia nacionalista de *Nationalökonomie*) e a escola histórica alemã, assim como entre a EHAE e o socialismo de Estado de pensadores como Adolph Wagner. A interpretação de Schmolders é possível a partir da ênfase na adaptação do pensamento smithiano na Alemanha e adesão recorrente de vários autores à “teoria abstrata”. Essa disseminação do legado smithiano na Alemanha de início do século XIX tendia ser negligenciada pela interpretação a partir do *Sonderweg* negativo. Afinal, era difícil conjugar a assimilação das ideias de Adam Smith com a ideia de um pensamento alemão oitocentista essencialmente nacionalista e estatista.

Nos últimos trinta anos, têm ganhado fôlego interpretações, no âmbito da historiografia do pensamento econômico mais especializada, que buscam analisar com mais propriedade as contribuições da escola histórica alemã, superando a narrativa de um desvio impróprio em relação à evolução histórica “normal” da teoria econômica. A própria existência de uma escola histórica alemã foi colocada em questão por Pearson (1999), que sugeriu que a economia política produzida por autores como Wilhelm Roscher não seria “histórica”, sendo preferíveis caracterizações como “cultural” ou “institucional”.<sup>5</sup> Preocupado com as raízes da economia institucionalista, Hodgson (2001) busca reconstruir a perspectiva histórica dentro da ciência econômica, e as desvantagens que foram ocasionadas pelo descaso da teoria econômica contemporânea com esse aspecto. O tema que une os pensadores analisados por Hodgson (2001) é a importância que atribuem à historicidade do objeto da ciência econômica, e não um suposto estatismo ou intervencionismo generalizado. Hodgson também se preocupa em apresentar em diferentes perspectivas dentro da EHAE, ao invés de enfatizar apenas suas congruências, mas propõe um conceito demasiadamente amplo de escola histórica alemã e exagera a respeito de sua prevalência na paisagem intelectual daquele país. Para Hodgson, o “domínio” da EHAE começaria com List em 1841 e somente terminaria com a morte de Sombart em 1941.

Keith Tribe (1988) aponta que essa ideia de um pensamento alemão oitocentista dominado pela EHAE e, principalmente, por Schmoller e suas contribuições ao *Methodenstreit* tem origem na imagem da disciplina levada por estudantes alemães durante as décadas de 1870 e 1880 – quando a influência do historicismo foi maior – para os EUA e Inglaterra. O desinteresse por um estudo aprofundado do pensamento econômico ao longo do Oitocentos permitiu a cristalização desta perspectiva, inclusive entre estudiosos alemães. Tribe (*Ibidem*, 198) traz críticas à análise do pensamento alemão com base na tese do excepcionalismo, que considera superada. Tendo em vista a ruptura com a tradição acadêmica que o nazismo provocou dentro das universidades alemãs, não faria sentido, para Tribe, relacionar debates intelectuais do século XIX com o período nacional-socialista.

Conforme Tribe (1988, 3; 2018) grande parte da literatura sobre o pensamento alemão recorre demasiadamente à utilização de grandes categorias de análise, principalmente nas escolas de pensamento, e acaba ignorando parte relevante do objeto. List, por exemplo, por vezes é deixado de fora da análise do período por não ser facilmente classificado dentro da EHAE, do romantismo ou do classicismo ou é diretamente e indevidamente relacionado ao pensamento de Adam Müller. Em vez disso, Tribe (1995, 67), propõe uma ênfase na “mutante heterogeneidade do argumento econômico”. Dessa forma, é possível perceber que nem o estatismo nem o historicismo são os traços mais comuns do discurso alemão de meados do século XIX, mas algo mais geral: uma concepção “universalmente aceita de que o ponto de partida para a consideração da vida econômica era o ser humano e suas necessidades” (Tribe, 1995, 72).

<sup>5</sup> Esse artigo de Pearson foi respondido por Caldwell (2001), que insiste na utilização da ideia de escola histórica alemã, desde que se façam as devidas diferenciações entre seus membros.

Um importante marco nessa perspectiva mais atenta às especificidades históricas do discurso econômico e às transformações nas palavras por ele utilizadas é a abordagem da história dos conceitos, representada pela entrada “Economia” (*Wirtschaft*) no léxico *Geschichtliche Grundbegriffe*. Ali, Burkhardt (1992) traça as origens da palavra *Wirtschaft* a partir de suas distintas raízes, o que permite compreender a literatura do dois séculos anteriores para além da interpretação tradicional de sua origem na palavra *Oekonomie*, derivada do grego e ligada a economia da família (*Household*), mostrando um segundo afluente na literatura comercial (desligada da ideia familiar). Entre outras contribuições, Burkhardt também mostra claramente como o sentido de “nação” nas denominações alemãs para a ciência econômica – *Nationalökonomie*, *Volkswirtschaft* – muda ao longo do tempo. É na esteira das reflexões propostas por esses estudos mais críticos à ideia de um excepcionalismo alemão que este trabalho se insere. Nas próximas seções, procura-se mostrar, por meio de definições de economia política forjadas na Alemanha ao longo do século XIX, que, longe de ter convergido no historicismo ou no nacionalismo, o pensamento econômico alemão oitocentista comportou uma coexistência de perspectivas. Não se trata de negar as tendências historicistas ou nacionalistas de alguns pensadores ao definir a ciência econômica, mas, sim, de delimitar essas inclinações. No início do século, eram relativamente pouco relevantes e, mesmo quando ganharam força, não se tornaram unanimidades.

### 3 *Nationalökonomie* e *Volkswirtschaft*: definindo um novo saber

Antes de entrar na história das definições de economia política na Alemanha oitocentista, vale ressaltar algumas particularidades do léxico utilizado nessas definições. A palavra alemã *Wirtschaft*, sem o prefixo *Volk*, tem um sentido específico, ligado à sua raiz germânica. *Wirt* significa anfitrião, proprietário. *Wirtschaft* significa, na origem, “atividade de administração da propriedade”. Trata-se de sentido parecido com a ideia grega de *oikonomia*, ou atividade voltada para a manutenção da propriedade. Desde o século XIX, o vocábulo *Wirtschaft*, por extensão, tem sido usado para se referir às atividades comerciais e produtivas de um país ou região. Seu campo semântico, porém, é mais amplo do que o da palavra “economia”. A junção com outros radicais permite a formação de compostos que pouco têm a ver com a ideia que a palavra “economia” carrega. Por exemplo: *Landwirtschaft* (literalmente, economia da terra) é a denominação alemã para agricultura e *Betriebswirtschaft* (literalmente, economia da operação produtiva) corresponde à administração de empresas. Nesse sentido, a ideia específica de “economia” nas línguas modernas (como em *economy* e em *économie*) é dada, em alemão, ou pelo estrangeirismo *Ökonomie*, ou pela junção de *Wirtschaft* com o prefixo *Volk*, formando *Volkswirtschaft* (literalmente, economia do povo). Apondo-se o sufixo *-lehre* (doutrina, aprendizado), tem-se: *Volkswirtschaftslehre* (ciência da economia). *Nationalökonomie* é, em alemão atual, um sinônimo menos frequente, de origem anglo-francesa, que pode se referir tanto à economia como fenômeno quanto à ciência da economia.

De maneira simplificada, *Nationalökonomie* e *Volkswirtschaft* designaram, nos países de língua alemã, a economia política, entendida como um discurso que, na passagem do século XVIII para o XIX, passa a se apresentar como diferenciado com relação a outros campos do conhecimento, como a filosofia moral, o direito e a política. Seriam traduções, não exatamente literais, da própria expressão “economia política”, referente a esse discurso marcado por certa busca de “autonomização” de uma esfera econômica centrada no mercado e no indivíduo (Cerqueira 2001). Na Alemanha, o surgimento, na transição do século XVIII para o século XIX, de um discurso na linha da economia política esteve ligado à assimilação das ideias de Adam Smith, mesmo que muitas vezes com algum grau de mediação<sup>6</sup>. Em outras palavras, trata-se de desmistificar eventuais associações entre a presença dos radicais *Volk-* e *National-* nessas designações germânicas e uma tendência nacionalista ou estatista. Os pensadores alemães que utilizaram esses termos no início do século XIX estavam trabalhando num registro mais próximo ao de Smith do que da conotação nacionalista que *Volkswirtschaft* ganharia na pena Gustav Schmoller ou Adolph Wagner, por exemplo.

<sup>6</sup> Sobre alguns aspectos da disseminação do pensamento de Smith na França e algumas divergências que a recepção mediada por Jean Baptiste Say implicava, ver Faccarello e Steiner (2002).

Nos termos de Reinhart Koselleck (1982, 620-634), o período da transição do século XVIII para o XIX é visto como *Sattelzeit*, ou “tempo de sela”. Isso estaria ligado a uma nova experiência do tempo histórico, no âmbito da qual o desenvolvimento da história ganha caráter de movimento, de mudança constante. Nesse processo, certos conceitos-chave no campo da política e do pensamento social passam a ter uma dimensão antecipatória e voltada para o futuro, em vez de conteúdos atemporais e estáticos. No plano filosófico, teve importância a virada introduzida pela análise kantiana da razão e do entendimento humanos, segundo a qual o indivíduo, antes visto apenas como um membro da população (diferenciada apenas pelas habilidades, idade, gênero e localização), detém as condições para o conhecimento. Kant deslocou a razão, do âmbito da atividade ordenadora governamental para o sujeito humano, detentor de necessidades. A condição para o exercício dessa razão seria a liberdade. Em síntese, a filosofia kantiana foi uma expressão, no mundo germânico, da tendência iluminista de libertar a razão individual das várias limitações que a constroem. No âmbito específico da economia política, esse período de transição na história intelectual mais geral pode ser associado com a delimitação da *Nationalökonomie* a partir do confronto da antiga tradição de pensamento econômico na Europa de língua alemã, o cameralismo, com o conhecimento produzido em outros contextos. (Tribe 1988, 182)

Para Johann Gottlob von Justi (1717-1771), provavelmente o representante mais destacado do cameralismo setecentista alemão, o objetivo de seu sistema de pensamento era a satisfação ou felicidade geral da nação. Esse bem-estar comum envolvia a conciliação dos interesses do indivíduo com os do Estado. Em outras palavras, os interesses individuais não eram vistos como autônomos, mas, sim, como parte de uma totalidade cujo ordenamento era uma atribuição estatal. Justi intitulou seu livro de sistematização do cameralismo como *Staatswirtschaft* ou, literalmente, “economia do Estado” (Cunha 2013, 7-10). A reconfiguração ocorrida na passagem para o século XIX foi expressa pela ascensão dos termos mais ou menos equivalentes *Nationalökonomie* e *Volkswirtschaft*, que se estabeleceram como a designação do estudo dos fenômenos econômicos no lugar de *Staatswirtschaft*. Keith Tribe (1988, 156) associa essa passagem à modificação na estrutura discursiva da economia política produzida na Alemanha. Seu argumento é que o cameralismo pressupunha um sujeito cujo bem-estar poderia ser identificado com a felicidade do Estado e cujas necessidades poderiam ser prescritas pelo governo. A *Nationalökonomie*, por sua vez, tenderia a ver, na busca dos sujeitos individuais pela satisfação de suas necessidades materiais, a mola mestra da atividade econômica.

Esse momento de constituição de um novo discurso econômico foi protagonizado por nomes como Ludwig Heinrich von Jakob (1759-1827), Georg Sartorius (1765-1828), Christian Jacob Kraus (1753-1807); Friedrich Julius Heinrich von Soden (1754-1831); Gottlieb Hufeland (1760-1817); Heinrich von Thünen (1783-1850) e Friedrich Benedikt Wilhelm von Hermann (1795-1868). Segundo Tribe (1988, 182) essa geração foi marcada por uma situação de “coexistência” do velho com o novo. Se os planos de ensino se mantiveram estáveis, com professores ministrando cursos, ligados à tradição cameralista, sobre “agricultura” e “tecnologia” com regularidade, havia cursos obrigatórios que já incorporavam os princípios da “nova economia”, de matriz smithiana, os quais eram ensinados em paralelo. Como as novas ideias não eram exatamente uma continuação da tradição cameralista, não havia por que reformular cursos de “silvicultura”, por exemplo. A *Nationalökonomie* podia coexistir com as “ciências auxiliares”, pois cada subdisciplina tinha seu conteúdo específico.

Alguns aspectos da obra de Ludwig von Jakob podem ajudar na compreensão dessa *Nationalökonomie* do início do Oitocentos. Seu livro-texto, *Grundsätze der National-Oekonomie oder National-Wirtschaftslehre (Fundamentos da National-Oekonomie ou da ciência da economia nacional)*, publicado em Halle em 1805, pode ser considerado o ponto de partida dessa nova disciplina. Além de ser o primeiro manual que, em seu título, contém a denominação *Nationalökonomie*, propôs uma redefinição da ciência da economia, além de uma nova forma de apresentar seus conteúdos. Nesse sentido, é fundamental a distinção conceitual, feita logo no início do livro-texto, entre *Staatswirtschaftslehre* (economia do Estado), o âmbito da *Policey/Polizei* (ou polícia) e a *Nationalökonomie*. A economia do Estado (equivalente nesse caso às finanças públicas ou



*Finanzwissenschaft*) referia-se aos meios pelos quais a riqueza pública dever ser obtida e utilizada. A legislação de polícia deveria zelar pela segurança de direitos e promover o bem comum, por meio de certas ações e instituições públicas. A *Nationalökonomie*, por sua vez, investigaria os meios pelos quais o povo atinge seus fins, quais sejam, a aquisição, aumento e fruição de sua propriedade; o modo pelo qual a riqueza nacional surge, é distribuída, é consumida e é novamente criada, ou mantida; e as influências que as circunstâncias relativas ao Estado têm sobre isso (Jakob 1805, 1-4). Esse domínio mais ligado à “teoria econômica” em sentido contemporâneo, que Jakob procurava delimitar, tenderia ser designado posteriormente como *Volkswirtschaft*, termo não empregado por Jakob.

Ainda que a *Nationalökonomie* de Jakob estivesse indiretamente relacionada com os assuntos públicos, funcionando como insumo para o campo da legislação de *Polizei* e para a economia do Estado (ou finanças públicas), sua existência como campo do conhecimento deveria ser autônoma. Nesse sentido, é um saber dirigido ao indivíduo, sendo de interesse para “qualquer um que quisesse se familiarizar com as engrenagens por meio das quais a atividade humana se põe em movimento, por meio das quais se incrementa e se reduz a riqueza” (Jakob, 1805, 7). O modo de apresentar os conteúdos no âmbito da *Nationalökonomie* trazia a divisão entre três partes principais: “Sobre o surgimento e aumento da riqueza nacional”; “Sobre os princípios da distribuição da renda nacional” e “Sobre o consumo”. Vale notar, conforme Hagemann e Rösch (2012, 98), que o livro de Jakob precede a segunda edição (1814) do *Traité d'économie politique* de Jean-Baptiste Say, ao qual comumente se associa essa divisão do núcleo teórico da economia em produção, distribuição e consumo. Na primeira edição do *Traité* (1803), que seria bastante modificada em 1814, Say dividira o conteúdo em cinco partes: produção, moeda, valor das coisas, receitas e consumo. Em seu livro-texto, Jakob posicionou a obra de Adam Smith como divisor de águas na história do pensamento econômico, descrevendo-o como o primeiro a apresentar sistematicamente a doutrina da natureza e da causa da riqueza nacional, fundando-a como ciência autônoma (Jakob 1805, 8-9). Também Say (1803, p. iii) vira na obra de Smith um “marco fundacional” da distinção entre uma “economia política”, voltada ao estudo da riqueza, e o domínio da política, que se ocuparia das relações entre governos e seus povos, bem como das relações entre governos. A constatação dessas afinidades indica que a delimitação da *Nationalökonomie* pode ser vista como parte do processo mais amplo de autonomização e disseminação do discurso da “economia política” no continente europeu.

Se Jakob foi o iniciador da *Nationalökonomie*, o papel de sistematizar esse discurso econômico coube a Karl Heinrich Rau (1792-1870). Seu *Lehrbuch der politischen Oekonomie* (*Manual de economia política*), publicado pela primeira vez em três volumes entre 1826 e 1837, tornou-se um sucesso editorial, com cinco edições até 1865, sendo que o primeiro volume recebeu três edições adicionais até 1868. Vale notar a utilização de *politische Oekonomie*, a tradução literal de “economia política”, como título geral do conjunto de livros que conformavam o manual de Rau. Ao longo do século XIX, *politische Ökonomie* se tornaria um sinônimo para a designação *Nationalökonomie*, que teria cada vez mais espaço, embora num sentido distinto daquele dado por Jakob em 1805. Nas próximas décadas, tanto *politische Ökonomie* quanto *Nationalökonomie* passariam a designar um conjunto amplo, que incluía os temas relativos ao Estado, ao passo que a subdisciplina relativa à produção, distribuição e consumo da riqueza ganharia a denominação de *Volkswirtschaftslehre* (Burkhardt, 1992, 582-583)<sup>7</sup>.

Cada volume de Rau era dedicado a uma das subdisciplinas que, no todo, formavam a *politische Ökonomie*: *Volkswirtschaftslehre* (teoria econômica); *Volkswirtschaftspflege* (posteriormente, *Volkswirtschaftspolitik* – política econômica) e *Finanzwissenschaft* (ciência das finanças públicas). Conforme Hagemann e Rösch (2012, 100) essa divisão tripartite pode ser considerada uma certa “retomada” da partição cameralista entre “economia do Estado” (*Staatwirtschaft*) e ciência da polícia (*Polizeiwissenschaft*), porém com um conteúdo alterado,

<sup>7</sup> Posteriormente, críticos mais contumazes do pensamento ricardiano criticaram a utilização do termo *Politische Ökonomie*, mesmo que não o abandonem completamente, como Schmoller (1900, 4).

sobretudo na parte inicial (*Volkswirtschaftslehre*), que, sob a nova denominação posterior à recepção de Smith, tinha tônica mais liberal e mais teórico-abstrata, isto é, próxima da tradição da economia política clássica. Essa forma tridimensional de articulação do conhecimento econômico tem estado presente na organização dos cursos de economia na Alemanha até os dias mais recentes, por mais que os conteúdos respectivos se tenham alterado com o tempo.

O volume I de Rau (1826), relativo à teoria econômica, dedicava-se à natureza da riqueza e da renda, inovando com relação à divisão de Jakob-Say entre produção, distribuição e consumo. Rau dividiu a matéria em cinco grandes seções ou livros: “I. Natureza da riqueza nacional; II. Surgimento das partes componentes da riqueza; III. Distribuição da riqueza; IV. Consumo das partes componentes da riqueza e V. As indústrias produtivas”. Na seção I, Rau apresenta sua definição de *Volkswirtschaft*, de alguma forma ecoando a separação proposta por Jakob. Se, num Estado, governo e povo eram distintos em suas necessidades materiais, a economia política deveria tratar deles em termos distintos. Em suas palavras, “As necessidades do povo são satisfeitas pela atividade econômica de todos os indivíduos no Estado, que buscam somente sua própria vantagem. A representação das atividades econômicas de todos esses cidadãos é a *Volkswirtschaft*.” (Rau 1826, 3).

Rau atenuaria essa definição “individualista” da *Volkswirtschaft* nas edições posteriores de seu livro-texto, matizando a afirmação de que os cidadãos perseguem exclusivamente seus interesses individuais. Sugeriu que as necessidades do povo são satisfeitas pelas “atividades econômicas independentes das famílias e associações individuais” (Rau 1863, 5). Ademais, Rau (1826, 4) reconhecia, desde a primeira edição, que a *Volkswirtschaft* não seria idêntica à acumulação de economias privadas, conformando, na verdade, um sistema que poderia ser comparado a um organismo. As bases para a coerência da *Volkswirtschaft*, porém, seriam a busca de cada ser humano pela fruição de bens econômicos com o mínimo possível de sofrimento e a divisão dos seres humanos entre as várias atividades econômicas, a qual garantiria uma satisfação mais fácil das necessidades. A articulação dessas atividades independentes se daria por meio da circulação (*Verkehr*).

Essa ênfase smithiana na busca individual de interesses e na divisão do trabalho como fundamentos da coesão e do funcionamento da *Volkswirtschaft* não faz de Rau simplesmente um adepto de Adam Smith. Sua concepção de valor, por exemplo, não se orientava pela ideia de valor-trabalho: era essencialmente subjetivista, relacionada à “adequação” de um bem em sua utilização para os propósitos humanos (Rau 1826, 40). O valor não existiria a partir de propriedades intrínsecas ao bem, mas, sim, com o concurso do “juízo do homem sobre a relação dos bens com seus propósitos” (Rau 1826, 45). É nesse sentido que Streissler (2001, 317) considera que, em termos da economia política de matriz britânica, Rau foi um pensador no “limiar entre a teoria clássica e a neoclássica”. Com relação ao que se passava na França, porém, não haveria problema em classificar Rau como “clássico”. Há, aqui também, uma afinidade com Jean-Baptiste Say, citado por Rau (1826, 32) como um dos autores franceses que teriam contribuído para “aperfeiçoar” o “sistema de economia política” de Adam Smith. Em seus escritos de início do Oitocentos, Say também seguiu um caminho distinto do de Smith e Ricardo no que tange à teoria do valor, tendo adotado uma postura mais subjetivista.<sup>8</sup>

De modo geral, a influência de Rau foi duradoura: além de traduzido para, entre outras línguas, o francês e o italiano, seu *Lehrbuch* teve nove edições alemãs. Após sua morte, as reedições ficaram a cargo de Adolph Wagner e Erwin Nasse. Se a forma tripartite de delimitar o campo da economia política sistematizada por Rau representou certo “compromisso” entre o legado setecentista alemão e as influências anglo-francesas, sua maneira de definir o domínio da *Volkswirtschaft*, de cunho mais teórico, consolidou o processo, iniciado por Jakob, de separação do discurso econômico alemão com relação à esfera estatal. A sistematização de Rau foi utilizada ao longo de todo o século XIX, sendo descartada apenas pelo historicismo radical de Schmoller. Já sua *Volkswirtschaft*, centrada no

<sup>8</sup> Para uma síntese da literatura sobre as relações entre a teoria do valor de Say e a perspectiva ricardiana, ver Hollander (2005, 15-23).

indivíduo autônomo que busca seus interesses e valora os bens segundo suas necessidades, serviria de referência para Roscher, Wagner e Dietzel, que a assimilariam, fazendo suas adaptações. Por fim, Rau foi ponto de partida para nomes conhecidos da *Finanzwissenschaft* até o início do século XX, notadamente Albert Schäffle, Lorenz von Stein e o próprio Wagner. Nesse sentido, Rau é mais representativo do pensamento econômico alemão no século XIX do que a imagem, legada pelo *Methodenstreit*, de uma escola histórica catalisadora da tradição germânica em economia.

#### 4 Historicismo, nacionalismo e as designações da ciência da economia

A atribuição de uma conotação efetivamente nacionalista aos conceitos de *Nationalökonomie* e *Volkswirtschaft* associa-se, segundo Burkhardt (1992, 582) ao período do *Vormärz*<sup>9</sup>, no qual aflorou o nacionalismo econômico expresso, por exemplo, pela iniciativa da união aduaneira alemã. Nesse contexto, a valorização da nação como unidade de análise econômica esteve muito associada a Friedrich List (1789-1846), cuja obra, no entanto, é bastante distinta dos tratados que se examinam aqui. Comparada com esses escritos, a obra de List tinha caráter jornalístico: as referências acadêmicas eram escassas e a sistematização não seguia o esquema de Rau. Tampouco sua contribuição teórica, baseada na nação como unidade de análise, ligava-se às concepções presentes em manuais como os de Jakob e de Rau. Conforme observa Tribe (1995, 50-53), vem do período americano de List, em que teve contato com as ideias de Alexander Hamilton e de Daniel Raymond, essa distinção conceitual entre economia privada e economia nacional.

Em sua crítica à “escola cosmopolita” – que abrangia quaisquer defensores do livre comércio, a começar por Adam Smith –, List procuraria demolir onexo entre as atividades econômicas individuais e a construção da economia de uma nação, de modo a mostrar que a ciência da economia deveria partir da nação e não do indivíduo. Nesse sentido, aquilo que é “sensato para a *Nationalökonomie*” pode ser “estúpido para a *Privatökonomie*”, porque “o alfaiate não é uma nação, e a nação não é um alfaiate” (List 1959 [1844], 168). Nas palavras de List (1959[1844], 190-191), construiu-se, na Alemanha, “aquela ciência que se chamou no início de *Staatswirtschaft*, depois de *National-Ökonomie*, depois de *politische Ökonomie*, depois de *Volkswirtschaft* sem que se percebesse o erro fundamental desses sistemas”. O erro – a confusão entre o individual e o nacional – fora cometido, em sua opinião, devido à ausência de um Estado nacional unificado na Alemanha. Quando a nação efetivamente se formasse – num estágio superior de desenvolvimento que reunisse “população, instituições políticas, civilização, riqueza e poder para autonomia” – ocorreria a elevação da *Volksökonomie* para a *Nationalökonomie* (*Ibidem* 190). List atribui, portanto, ao conceito de *Nationalökonomie* um sentido efetivamente nacionalista, ligado ao seu projeto de unificação econômica dos territórios alemães. Aqui, a tradução de *Nationalökonomie* poderia ser “economia nacional”, até porque List se referia tanto à ciência entidade econômica – autônoma, populosa, detentora de um território – quanto à ciência que a estudaria.

Esse questionamento listiano da centralidade do indivíduo como elemento articulador do sistema econômico seria caro a diversos economistas e formuladores de política econômica posteriores, inclusive fora da Alemanha. No ambiente intelectual germânico, Schmoller, por exemplo, se referiria à superioridade da economia nacional sobre estágios de desenvolvimento anteriores e ressaltaria sua especificidade teórica. Porém, essa ideia de economia nacional seria veiculada por meio do conceito de *Volkswirtschaft*. De toda forma, a maneira listiana de definir o termo *Nationalökonomie* não seria frequente depois de List, prevalecendo o uso relativamente neutro desse termo para se referir à ciência da economia de maneira mais geral. Isso pode ser percebido, por exemplo, no título do tratado sobre a história do pensamento econômico de Roscher (1874): *Geschichte der Nationalökonomik in Deutschland* (*História da Nationalökonomik na Alemanha*).

<sup>9</sup> Período anterior ao das revoluções de março de 1848.

Wilhelm Roscher (1817-1894) tornou-se conhecido como introdutor do método histórico na economia política alemã: além de erudito em temas históricos, Roscher defendeu, em seu conhecido *Grundriss*, a adoção das práticas metodológicas da escola histórica do direito, representada por Savigny, pela ciência da economia (Roscher 1843, v). No mencionado livro de história das ideias econômicas, Roscher (1874, 970) não considerava List um par, enfatizando que fora, sobretudo, um “agitador”. Reconhecia, contudo, sua importância como tal, pois List ativara debates e influenciara o desenvolvimento econômico e institucional alemão, sem ter cargo governamental ou parlamentar. Sua luta se dera por meio da atividade intelectual e jornalística, contribuindo para a criação de partidos de opinião no debate econômico alemão. Roscher registrou que List cometera, do ponto de vista científico, uma série de “erros”, a começar por seu “sistema”, que não tinha forma sistemática.

Ademais, as polêmicas com outros autores, em especial Adam Smith e a “escola cosmopolita” eram, para Roscher, injustificadas e evadas de exageros. Embora visse a abordagem listiana dos estágios de desenvolvimento da nação, com seus corolários protecionistas, como questionável, Roscher atribuía a List dois feitos notáveis. O primeiro seria um resgate, acompanhado de modificação, da doutrina da balança comercial: se para os mercantilistas importava o superávit “monetário” de uma nação, List enfatizava o saldo, em termos de “civilização econômica”, que uma nação poderia possuir com relação a outras. A segunda contribuição seria a explicação dos vários sistemas de política comercial em sua validade relativa, condicional a cada fase do desenvolvimento de uma economia. Essas teorizações teriam ainda, na opinião de Roscher, um significado prático para a constituição do *Zollverein* alemão (Roscher 1874, 970-971).

Do ponto de vista da organização do conhecimento econômico, Wilhelm Roscher foi tributário do legado de Rau, embora fizesse suas adaptações, ampliando, por exemplo, o domínio da política econômica para incluir o tema da pobreza. Publicou, como livro-texto, o *System der Volkswirtschaft*, composto de cinco volumes. O volume I, teórico, intitulado *Grundlagen der Nationalökonomie*, abordava os temas da produção, circulação, distribuição, consumo e população. Os volumes II, III e V se situavam no domínio da política econômica, referindo-se, respectivamente, aos assuntos: agricultura e outras produções primárias; comércio e indústria; assistência e política para os pobres. Já o volume IV abarcava o campo da ciência das finanças públicas ou *Finanzwissenschaft*. Também em sua concepção de valor, Roscher não tinha divergências significativas com Rau, aderindo à ideia subjetivista de que “valor econômico de um bem é o significado que este tem para os propósitos do homem que age economicamente” (Roscher 1864, 6).

Em sua definição de *Volkswirtschaft*, contudo, Roscher se distanciava das interações individuais e se aproximava de uma dimensão da coletividade, daquilo que é comum. Haveria, portanto, um “senso do comum”, como resultado da harmonia entre o auto-interesse e a uma “consciência” em sentido moral (*Gewissen*), de inspiração cristã, ligada à equidade, ao direito, ao bem-querer, em suma: à colocação de limites ao interesse individual (Roscher 1864, 18). Por meio desse senso do comum, seria apaziguada a guerra de todos contra todos, à qual o auto-interesse ilimitado conduziria as várias economias privadas, permitindo o surgimento da *Volkswirtschaft* (Roscher 1864, 21). Em seguida, Roscher (1864, 21) associou a *Volkswirtschaft* ao organismo biológico: assim como o corpo humano é mais do que um emaranhado de reações químicas, a *Volkswirtschaft* seria mais do que do que a justaposição de economias privadas. Embora reconhecesse que o conceito de organismo é polêmico, Roscher justificou seu uso como representação da *Volkswirtschaft* por ser esta um conjunto de processos simultâneos que se determinam mutuamente. Ao contrário da máquina, em que causa e efeito são facilmente discerníveis, no organismo e na *Volkswirtschaft* os processos são de tal forma interligados que não se pode separar causa e efeito. Roscher (1864, 23) deu o exemplo da articulação entre agricultura e atividade manufatureira: uma agricultura próspera depende de uma manufatura próspera e o contrário é verdadeiro, sem que haja uma primazia causal de uma sobre a outra.

Por fim, Roscher conectou o crescimento de um povo (*Volk*) com o crescimento de sua respectiva *Volkswirtschaft*, na direção da prosperidade e da maturidade. Havia, portanto, em Roscher essa diferença da *Volkswirtschaft* com relação ao simples conjunto das economias privadas. Contudo, os critérios para a definição do que seria essa *Volkswirtschaft* madura não eram referidos ao nacionalismo econômico como em List. O organismo econômico maduro de Roscher era caracterizado por uma “perfeita harmonia dos órgãos importantes”, sem que houvesse um detalhamento do que seriam, concretamente, esses “órgãos”. Em outras palavras, se para List a diferença específica da *Nationalökonomie* se relacionava com atributos como território, população, capacidade de gerar riqueza e autonomia, para Roscher o fator definidor da *Volkswirtschaft* seria uma relativamente vaga harmonia biológica. Essa comparação organicista já fora sugerida de passagem por Rau, porém sem uma discussão aprofundada do conceito de organismo e sem a ênfase, dada por Roscher, na ideia de harmonia das partes.

No quadro da organização do conhecimento econômico baseada no esquema de Rau, Adolph Wagner (1835-1917) também pode ser visto como um continuador, na medida em que foi organizador da edição póstuma do livro-texto de Rau. É interessante notar que, numa resenha de 1891 – no geral, bastante favorável – dos *Principles* de Marshall, Wagner sugeriu que a abordagem adotada por Rau para a ciência da economia estava a merecer maior atenção naquele contexto de final do século XIX. Nesse sentido, as generalizações que incluem Wagner como um membro da segunda geração da escola histórica alemã não fazem sentido. Ao contrário de Roscher e Schmoller, Wagner não se dedicou a temas especificamente históricos: em vez disso, defendia a abordagem de Rau como uma via intermediária entre a economia política “somente prática” ou empírica, conforme propugnava a jovem escola histórica, representada por Schmoller, e a economia “somente teórica”, à maneira inglesa. Wagner se referia aos volumes II e III da obra de Rau, que traziam, respectivamente, a política econômica e as finanças públicas como áreas integrantes da economia política (Wagner 1891).

De 1871-72 em diante, o volume III de Rau, *Finanzwissenschaft*, foi continuamente reeditado e atualizado por Wagner, que fez o mesmo com o primeiro volume, relativo à *Volkswirtschaftslehre*, a partir de 1875-76. O livro-texto como um todo recebeu o nome de *Lehr- und Handbuch der politischen Ökonomie* e, em 1879, a parte referente à *Volkswirtschaft* teve uma nova edição já sob autoria de Wagner, porém pouco modificada com relação a Rau. A reedição definitiva, a partir da qual se pode dizer que se trata de uma obra efetivamente própria de Wagner, veio em 1893 e 1894, com o nome de *Grundlegung der politischen Ökonomie*. Esse livro-texto era dividido em dois volumes: *I. Grundlagen der Volkswirtschaft (I. Bases da Volkswirtschaft)* e *II. Volkswirtschaft und Recht (Volkswirtschaft e Direito)*. Esta reedição do volume mais “teórico” pode ser considerada o principal livro-texto de Wagner. Traduzido para o francês e o italiano, o tratado incluía discussões situadas não somente no campo estrito da teoria econômica (como preço, moeda, salário, etc), mas também acerca do Estado e do direito. Nesse sentido, o campo da “política econômica” não estava completamente ausente do projeto pedagógico-intelectual de Wagner, por mais que os manuais efetivamente publicados por Wagner tenham sido somente os de *Volkswirtschaft* e de *Finanzwissenschaft*. No campo da ciência das finanças públicas, Wagner se tornaria referência da corrente conhecida como socialismo de Estado, pautada por uma ideia de reforma social “pelo alto”, que passava pela regulação da distribuição de renda via tributação e pela constante expansão do gasto público.

O conceito wagneriano de *Volkswirtschaft* se aprofundaria na dimensão do coletivo: do ponto de vista da forma, Wagner formulou sua definição como um acadêmico na linha de Rau e Roscher. No conteúdo, todavia, sua ideia de *Volkswirtschaft* se aproximaria bastante do nacionalismo de List. A exposição da definição foi feita no livro III de seu *Grundlegung*, como parte do percurso didático e argumentativo da obra. O manual se iniciava com uma Introdução, basicamente uma revisão da história do pensamento econômico até então. O livro I examinava “a natureza econômica do homem”, detalhando o objeto, as tarefas e o método da economia política. Já o livro II se referia a “conceitos elementares”, sendo dividido em três capítulos: “bens”, “valor” e “riqueza e capital”. O livro III, por

sua vez, referia-se especificamente ao tema *Wirtschaft und Volkswirtschaft*. Conforme a definição de Wagner (1892, 353), *Volkswirtschaft* seria o “conjunto, considerado como um todo fechado, das economias individuais independentes unidas pela articulação do trabalho e relacionadas entre si, segundo uma regulação determinada pelo direito econômico, no seio de um povo organizado em Estado”. E repetiria a ideia, presente desde Rau, de que se trata de uma “combinação orgânica” e não somente uma “justaposição mecânica de economias individuais”. (Wagner 1892, 353)

Em seguida à definição, Wagner esboçou uma tipologia do desenvolvimento dessas economias articuladas, dividida em cinco momentos, não necessariamente sucessivos. Do ponto de vista humano, a formação de uma *Volkswirtschaft* seria concomitante à evolução da comunidade humana até tornar-se um povo maduro. Para isso, cada comunidade deveria passar por sucessivas etapas: gênero (*Geschlecht*), clã patriarcal, tribo e, por fim, povo (*Volk*). Nas fases anteriores ao povo, a *Volkswirtschaft* correspondente à comunidade humana estaria em forma embrionária: só começaria a existir de fato quando os momentos de desenvolvimento econômico também se concretizassem. Seriam eles: o natural-geográfico, relacionado ao território e suas bases naturais; o técnico, relacionado à estruturação da produção e de uma rede de comunicação e transportes; e, por fim, o jurídico-político, expresso pelo Estado. (Wagner 1892, 357). A especificidade da *Volkswirtschaft* aparecia, como em List, ligada a critérios definidos a partir de um nacionalismo econômico: não exatamente a harmonia interna, mas, sim, o poder de competir com outras nações fazia a diferença nessa perspectiva. Essa inspiração listiana seria confirmada mais à frente.

Na conclusão deste seu arrazoado sobre as especificidades da *Volkswirtschaft*, Wagner asseverava que, ao se tratar dos problemas relativos ao desenvolvimento das economias, deve-se distinguir entre o ponto de vista nacional e o ponto de vista cosmopolita. Temas como protecionismo, livre comércio, militarismo, questão operária, agrária e industrial sempre comportariam diferentes aproximações, dependendo da perspectiva adotada. As soluções seriam decerto diferentes, dependendo do ponto de partida, mas levando-se em conta a evolução histórica até o momento, o ponto de vista nacional deveria ser colocado em primeiro plano, ao menos por um longo tempo. Nas palavras de Wagner, “a economia fisiocrático-smithiana tende em demasia a uma concepção cosmopolita, já a economia mercantilista-protecionista exagera, às vezes, o ponto de vista nacional. Mas em princípio e no todo este último é o mais correto. Aqui, List teve méritos importantes, ao passo que Carey é muito unidimensional” (Wagner 1892, 369).

Também adepto dessa definição nacionalista de *Volkswirtschaft* Gustav Schmoller (1838-1917) se tornaria conhecido por sua visão de método, que forma o senso comum a respeito da escola histórica, não só pela liderança e influência acadêmica de Schmoller<sup>10</sup>, mas também por sua participação no *Methodenstreit*<sup>11</sup>. Schmoller partia de uma concepção orgânica de sociedade, na qual a evolução desta, e assim das relações econômicas, se dá como um desenvolvimento cultural dos diversos aspectos da vida humana. Nesse contexto, existe uma evolução de formas diferentes de economia – da família (*Familienwirtschaft*), do clã (*Sippenwirtschaft*), da tribo (*Stammwirtschaft*) – até o momento em que o desenvolvimento cultural, que aumenta a interdependência das economias individuais, permite falar em uma economia nacional (*Volkswirtschaft*). Nesse estágio final, no entanto, o que une as economias individuais não é meramente o Estado, mas sim conexões mais profundas, como a língua, a história e as memórias (Schmoller 1874)<sup>12</sup>.

Essas características aprofundam a particularidade dos fenômenos econômicas de cada nação, e assim também da ciência que os estuda. Ligada a uma visão orgânica (e realista) do objeto, o

<sup>10</sup> Parte da posição de destaque de Schmoller pode ser atribuída a sua influência sobre Friedrich Althoff, um importante funcionário do Ministério da Educação da Prússia. Ver Backhaus (1993) e Spinner (1993).

<sup>11</sup> Essa questão foi, inclusive, um dos principais pontos da querela metodológica entre Wagner e Schmoller que antecipou o *Methodenstreit*. Ver Nau (1997, 160-166).

<sup>12</sup> Nesse período, Schmoller estava envolvido em controvérsia com o historiador Heinrich von Treitschke. Ver Mata (2017).

agregado (seja no estágio de economia da família, de cidade ou de nação) possui agência; é um conjunto que busca a satisfação total ou parcial das necessidades de seus membros. A ideia de interdependência das partes de um organismo para a evolução destas partes e do organismo como um todo permeia toda a justificativa da necessidade das questões éticas e históricas no entendimento da sociedade e da economia. As necessidades individuais não podem ser supridas pelo indivíduo isolado, mas apenas como parte desse organismo, não importando seu estágio de evolução (Schmoller 1900, 62). Ademais, o tipo de organismo existente (no caso da sociedade moderna, *Volk*) determina o sentido das ações econômicas de cada indivíduo (*Ibidem*, 4), numa clara inversão da lógica organizadora da *Volkswirtschaft* de Rau, em que as unidades individuais determinavam o todo. Sendo assim, não é possível, para Schmoller, separar o estudo da economia das questões do Estado.

Outra característica de Schmoller, ligada a seu ponto de vista metodológico afasta-o dos que adotavam o esquema tripartite de divisão das matérias econômicas. Essa partição era vista como um impedimento à aplicação correta do método histórico. O modo como essas partes do conhecimento econômico relacionam-se entre si e com a história tornaria limitante o sistema de Rau, já classificado por Schmoller como uma mistura das tradições anglo-francesa e cameralista. Em sua visão, ao seguir o sistema de Rau autores como Roscher, por exemplo, lançavam mão de um método histórico apenas nas “partes práticas” da economia política (i.e. finanças públicas e política econômica). Dessa forma, apenas nesses aspectos conseguiam trazer avanço à ciência, não às questões teóricas pertencentes à *Volkswirtschaft* (Schmoller 1888, 157). Sua intenção era que o ponto de partida da teoria econômica deixasse de ser o indivíduo e passasse a ser a sociedade, transformando cada vez mais a economia política em ciência social, na qual todos os determinantes das ações econômicas pudessem ser levados em consideração, não apenas uma abstração delimitada (Schmoller 1986 [1882])<sup>13</sup>.

Para Schmoller, a elaboração de todas as partes da disciplina econômica deveria ser precedida por uma primeira etapa, que consistia da observação e descrição dos fatos históricos. Nesse sentido, propõe uma *Volkswirtschaftslehre* geral (*allgemeine*) e uma especial (*spezielle*). Ambas partem da mesma análise histórica. No entanto, a primeira é voltada para as causas gerais da vida e das ações econômicas, com a descrição dos órgãos típicos e a busca por verdades “universais”, delimitadas pelas questões éticas<sup>14</sup>. Já a segunda enfoca o estudo dessas ações em seu aspecto concreto, apresentando não só os resultados das ações mas também problemas correlacionados e possíveis efeitos cruzados com objetos de análise de outros campos. Em outras palavras, tem-se o mesmo processo metodológico para a *allgemeine Volkswirtschaftslehre*, teórica, e para a *spezielle*, empírica ou prática. A diferença entre essas duas dimensões de análise seria o nível de abstração (Schmoller 1900, 140).

Por fim, Gottlob Heinrich Andreas Dietzel (1857-1935), representou um contraponto a Schmoller, guiado pela influência britânica, especialmente David Ricardo e John Stuart Mill. Dietzel propôs outro termo que faria referência à disciplina da economia: *Sozialökonomik* (economia social). Dietzel dividia com Wagner, seu orientador de doutorado, muitas críticas à economia política de seu tempo, mas ia um passo à frente, tanto em sua proximidade com o pensamento clássico, quanto em seu distanciamento da escola histórica (tanto na perspectiva da primeira geração, quanto na de Schmoller). Wagner (1882) via com bons olhos a direção tomada por Dietzel, apesar de divergirem em diversos pontos no que diz respeito à *Sozialökonomik*. De toda forma, interessa marcar aqui a existência de questionamentos às posições de Schmoller, mesmo quando sua influência era ampla. Se Schmoller e Wagner divergiam em suas posturas metodológicas, ambos compartilhavam uma definição organicista e nacionalista de *Volkswirtschaft*. Já Dietzel colocaria em questão a própria definição de *Volkswirtschaft* propondo mudanças conceituais que recusavam esse vínculo com um

<sup>13</sup> Essa questão de economia enquanto ciência social também está ligada a sua comentada querela com Wagner, que era enfaticamente crítico a essa posição.

<sup>14</sup> Em muitos outros autores do período a diferenciação *allgemeine* e *spezielle* aparece, como em Weber, mas não carrega a mesma implicação metodológica.

processo de “desenvolvimento nacional”. Qualquer um dos termos alemães (*Nationalökonomie*, *Politische Ökonomie*, ou *Volkswirtschaft*) carregava, para Dietzel, erros conceituais que dificultavam a correta compreensão do fenômeno econômico. Para além da questão da delimitação nacional, Dietzel apontava, inspirado em Say, que o termo “economia política” poderia implicar a necessidade da análise do Estado vinculada à economia, ou mesmo de juízos de valores.

Como mostra Lichtblau (2011, 207), *Sozialökonomik* é a tradução alemã para o conceito de Say de *économie sociale*, popularizado por Dietzel. No entanto, a primeira palavra que Dietzel usou para identificar essa “economia social” foi *Sozialwirtschaftslehre*: o nome *Sozialökonomik* apareceria posteriormente, após uma crítica mais veemente de Wagner (1892, 265). Wagner apontaria que o termo *Sozialwirtschaft* seria tendencioso devido ao costumeiro uso vulgar da palavra, que poderia levar a interpretações equivocadas (Nau 1997, 199). A partir de 1893, em um capítulo de um livro organizado por Lexis (1893) e voltado para apresentar o modelo alemão de universidade nos Estados Unidos, Dietzel começou a utilizar o nome sugerido por Wagner, *Sozialökonomie*, que posteriormente seria adaptado para *Sozialökonomik*. A intenção dessa última mudança era diferenciar entre o fenômeno que era objeto de estudo (*Sozialökonomie*, como *social economy*, em inglês) e a disciplina (*Sozialökonomik*, como *social economics*).

O propósito de Dietzel era inserir-se no debate, candente durante a década de 1880, sobre os rumos da ciência da economia na Alemanha, com as controvérsias entre Wagner e Schmoller, o *Methodenstreit* e as reverberações posteriores de posições tomadas no último<sup>15</sup>. Dietzel era, acima de tudo, um crítico da ideia coletivista de sociedade, e sua *Sozialökonomik* buscava analisar uma sociedade abstrata baseada em ações puramente econômicas de um “homem econômico” nos termos de Mill (Kasprzok 2005, 92-102). “A causa da formação desse organismo não é a vontade do Estado – como ocorre no organismo da *Volkswirtschaft* – mas a relação natural de dependência de economias individuais umas com as outras em sua luta com o mundo material.” (Dietzel 1883, 3, nr.1). Com isso, nega-se a relevância de todas aquelas relações éticas, legais e de costume que Schmoller buscava incluir em sua análise teórica, e afasta-se a noção nacional de economia política que fora associada por Schmoller ao conceito de *Volkswirtschaft*.

Dietzel, no entanto, inclinava-se por uma postura conciliadora. Embora criticasse a perspectiva de economia política da escola histórica, buscava não só incluir análises secundárias que poderiam levar em conta fatores éticos e históricos no campo da economia política, como também não descartaria sua aplicação, ao menos em seus primeiros escritos. Dessa forma, a *Volkswirtschaft* organicista<sup>16</sup> schmolleriana e a *Sozialökonomik* conviveriam enquanto duas abordagens distintas ao objeto econômico, dado que a delimitação abstrata dos fenômenos tratados pela *Sozialökonomik* as diferencia (Goldschmidt 2002, 148). Com o passar do tempo, porém, Dietzel se tornaria cada vez mais crítico quanto à própria utilidade da disciplina da *Volkswirtschaft*, tal como Schmoller a definira, classificando sua contribuição teórica como muito limitada (Dietzel 1884, 367).

O perfil conciliador de Dietzel no que diz respeito à estrutura da disciplina é notado ao se observar que o sistema da *Sozialökonomik* de Dietzel carregava diversas características da crítica de Menger durante o *Methodenstreit*, mas discordava de sua divisão epistemológica entre teoria e história. Outro ponto de divergência seria na teoria do valor, que, para Dietzel, deveria ser objetiva. Aqui, sua proximidade com o pensamento britânico fica mais clara. Dietzel, seguindo Malthus, Say e Mill, buscava uma saída na mensuração do valor através dos custos de produção. Em meio a sua reconstrução da teoria do valor-trabalho, Dietzel (*Ibidem*, 277) criticava o caminho tomado pelos marginalistas, ainda que, mantendo o tom conciliador e sintético de sua obra, apontasse casos particulares onde uma teoria subjetiva do valor é necessária. De todo modo, sua defesa de Ricardo

<sup>15</sup> Ver Takebayashi (2003) e Nau (1997).

<sup>16</sup> Dietzel utiliza a metáfora de organismo para se referir à sociedade, mas não o faz de modo a trazer as implicações de Schmoller e outros autores, principalmente a relação entre as partes do organismo e o todo, e a agência do todo, nesse caso do Estado (como Menger já havia criticado durante o *Methodenstreit*).



era enfática: “Acredito que essa charada foi há muito resolvida – que o problema do valor, apesar de inadequada nos detalhes, foi no geral respondida invulnerável e definitivamente por Ricardo” (Dietzel 1895, 562). A necessidade, enxergada por Dietzel, de “corrigir” os rumos da economia política na Alemanha, restituindo ao campo da *Volkswirtschaft* um sentido menos apegado às conotações nacionalistas e operando um retorno ao legado dos clássicos britânicos, reforça a ideia da coexistência de perspectivas no pensamento alemão oitocentista. Nesse sentido, a ocorrência do *Methodentrsteit* entre o alemão Schmoller e o austríaco Menger não deve obscurecer o fato de que, longe de estar pacificada sob o historicismo, a definição de economia estava em disputa na própria Alemanha.

## 5 Considerações Finais

O exame das definições de economia política apresentadas por Jakob, Rau, Roscher, List, Wagner, Schmoller e Dietzel fornece um ângulo privilegiado para observar a história do pensamento econômico na Alemanha oitocentista. Forjado na recepção das ideias smithianas, o par conceitual *Volkswirtschaft* e *Nationalökonomie* comportou vários sentidos ao longo do século XIX. Em linhas gerais, pode-se observar, em List, Wagner e Schmoller, uma ideia não só de que o sistema econômico como um todo é diferente da soma das partes individuais, mas uma efetiva associação da *Volkswirtschaft* com o desenvolvimento do povo/nação, ou *Volk*. Mostrou-se, porém, que isso não estava “contido”, de forma alguma, na abordagem de Jakob e de Rau, que via na interação das partes individuais aquilo que dava coerência à economia. Se se leva em conta que os livros de Rau foram reeditados até o fim dos anos 1860, fica claro que esse tipo de conceituação da economia não foi totalmente descartado, ao longo do século XIX. Essa impressão se reforça quando se pensa na tentativa, por parte de Dietzel, já no final do Oitocentos, de reconceituar o campo da economia política a partir da *Sozialökonomik*, numa recusa do nacionalismo econômico que recolocava o agente individual no lugar de eixo organizador da ação econômica.

Mesmo entre os defensores de uma perspectiva mais orgânica e nacionalista – List, Wagner e Schmoller –, as diferenças foram pronunciadas. List sem dúvida não se enquadrava na categoria de acadêmico, sendo o único dos pensadores em questão a não produzir um manual de economia política: em vez disso, produziu um livro-panfleto, pautado por sua agenda de política econômica. Wagner, por sua vez, destacou-se como teórico das finanças públicas e, embora fosse um professor como Schmoller, não partilhava de suas propostas metodológicas historicistas, pelo contrário. A defesa do projeto historicista, ainda que em termos menos radicais, também fora um objetivo de Roscher, mas sua definição de *Volkswirtschaft*, ainda marcada pela perspectiva de Rau, se baseava numa vaga harmonia entre o individual e o coletivo, não contemplando o vínculo entre “maturidade” da economia e critérios concretos de desenvolvimento nacional.

Em outras palavras, parece muito difícil falar em apenas uma “definição alemã” de economia política ao longo do século XIX. Houve, é certo, uma linha de continuidade, resumida na constatação de que houve tentativas de articular o individual e o coletivo, sendo que, desde meados do século, a dimensão do todo recebeu atenção importante, embora não tenha sido tratada de maneira unânime. As consonâncias não permitem sugerir uma definição unificada de economia política na Alemanha oitocentista, seja sob a égide da ideia de “escola histórica alemã”, seja sob a égide de um pendor para o nacionalismo. Nesse sentido, parece ser produtivo explorar especificidades e diferenças, mais do que tentar examinar grupos amplos de pensadores a partir de questões derivadas do pertencimento ou não à escola histórica. O exame das definições e sua inserção no pensamento desses personagens foi facilitado, é claro, pela importância dos livros-texto na Alemanha oitocentista. Isso não significa, porém, que esse procedimento não possa ser feito para outras tradições nacionais, o que certamente resultaria em comparações produtivas com o “caso alemão”, que tentamos descrever aqui.

## 6 Bibliografia

- Backhaus, Jürgen G., "The University as an Economic Institution: The Political Economy of the Althoff System" *Journal of Economic Studies* 20, no. 4/5, (1993): 8-29. <https://doi.org/10.1108/EUM00000000000169>
- Bentivoglio, Julio. "A *Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã do século XIX" *História da Historiografia* 4, no. 6 (2011): 81-101. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i6.231>
- Barkai, Avraham, *Nazi Economics: Ideology, Theory, and Policy*. Traduzido por Ruth Hadass-Vashitz. Oxford: Berg, 1990.
- Burkhardt, Johannes, "Wirtschaft". In *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, Volume. 7, editado por Otto Brunner, Werner Conze, e Reinhart Koselleck, 511-595. Stuttgart: Klett-Cotta, 1992.
- Caldwell, Bruce, "There Really Was a German Historical School of Economics: A Comment on Heath Pearson", in: *History of political economy*, vol. 33, n. 3, 2001.
- Cerqueira, Hugo E. A. da Gama, "O discurso econômico e suas condições de possibilidade", *Síntese* 28, no. 92 (2001): 391-405.
- Clark, Evalyn A., "Adolf Wagner: From National Economist to National Socialist", *Political Science Quarterly* 55, no.3 (1940): 378-411. <https://www.jstor.org/stable/214409>
- Cunha, Alexandre. "Johann Heinrich Gottlob von Justi (1717-1771) e o pensamento econômico cameralista" *Anais do XLI Encontro Nacional de Economia*, 2013.
- Dietzel, Heinrich, "Der Ausgangspunkt der Socialwirthschaftslehre und ihr Grundbegriff", *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, 39, (1883): 1-80.
- Dietzel, Heinrich, "Besprechung von: Menger, C. Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaft und der politischen Ökonomie insbesondere: Ein Beitrag zur Methodologie der theoretischen Wirtschaftswissenschaft". *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, 42, (1884): 107-134 e 353-370.
- Dietzel, Heinrich, "Theoretische Socialökonomik" In *Lehr- und Handbuch der Politischen Oekonomie*, editado por Adolph Wagner Hauptabteilung 2, Band 1, Leipzig: Winter'sche Verlaghandlung, 1895.
- Faccarello, Gilbert; Steiner, Phillippe, "The Diffusion of the Work of Adam Smith in the French Language: An Outline History" In *A Critical Bibliography of Adam Smith*, editado por Keith Tribe. London: Pickering and Chatto, 2002.
- Goldschmidt, Nils, *Entstehung und Vermächtnis ordoliberalen Denkens: Walter Eucken und die Notwendigkeit einer kulturellen Ökonomik*. Münster: Lit, 2002.
- Grimmer-Solem, Erik, Romani, Roberto, "The Historical School, 1870-1900: A cross-national reassessment." *History of European Ideas* 24, no. 4-5 (1999): 267-299. [https://doi.org/10.1016/S0191-6599\(99\)00005-4](https://doi.org/10.1016/S0191-6599(99)00005-4).
- Hagemann, Harald; Rösch, Matthias. "Economic textbooks in the German language area" Nn *The economic reader: textbooks, manuals and the dissemination of the economic sciences during the nineteenth and early twentieth century*, editado por Massimo M. Augello e Marco E. L. Guidi. London: Routledge, 2012.
- Häuser, Karl, "Das Ende der Historischen Schule und die Ambiguität der deutschen Nationalökonomie in den zwanziger Jahren." In *Geisteswissenschaften zwischen Kaiserreich und Republik. Zur Entwicklung von Nationalökonomie, Rechtswissenschaft und Sozialwissenschaft im 20*, editado por Knut Wolfgang Nörr, Bertram Schefold, e Friedrich Tenbruck, 47-74. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1994.
- Hodgson, Geoffrey M. *How economics forgot history: The problem of historical specificity in social sciences*. London: Routledge, 2001.
- Hollander, Samuel. *Jean-Baptiste Say and the Classical Canon in Economics: the British connection in French classicism*. London: Routledge, 2005.

- Iggers, Georg G., "The Decline of the Classical National Tradition of German Historiography." *History and Theory* 6, no. 3 (1967): 382-412. <https://doi.org/10.2307/2504423>.
- Jakob, Ludwig Heinrich von, *Grundsätze der National-Oekonomie oder National-Wirthschaftslehre*. Halle: Ruff, 1805.
- Kasprzok, Carsten, *Der Sozialökonom Dietzel: Ein deutscher klassiker*. Marburg: Metropolis Verlag, 2005.
- Kocka, Jüger, "German History before Hitler: The debate about the German *Sonderweg*." *Journal of Contemporary History* 23 (1988): 3-16. <https://doi.org/10.1177/002200948802300101>.
- Kocka, Jüger, "Asymmetrical Historical Comparison: The case of the German *Sonderweg*." *History and Theory* 38, no. 1 (1999): 40-50. <https://doi.org/10.1111/0018-2656.751999075>.
- Kocka, Jüger, "Looking Back on the *Sonderweg*." *Central European History* 51 (2018): 137-142. <https://doi.org/10.1017/S0008938918000183>.
- Koselleck, Reinhart. "Krise", *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, Volume. 3, editado por Otto Brunner, Werner Conze, e Reinhart Koselleck, Stuttgart: Klett-Cotta, 1982. Koselleck, Reinhart, *Estratos do Tempo: Estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2014.
- Lexis, Wilhelm, ed., *Die Deutsche Universitäten: Für die Universitätsausstellung in Chicago 1893*. Berlin: Verlag von A. Ascher & Co., 1893.
- Lichtblau, Klaus. *Die Eigenart der kultur- und sozialwissenschaftlichen Begriffsbildung*. Wiesaden: VS Verlag, 2011.
- Mata, Sérgio da, "Historicismo *Engajé*: o debate Treitschke-Schmoller e a eticização da economia política alemã" In *Entre Filosofia, História e Relações Internacionais: escritos em homenagem a Estevão de Rezende Martins*, 139-157. São Paulo: LiberArs/SBTHH, 2017.
- Mises, Ludwig von, *The Historical Setting of the Austrian School of Economics*. Auburn: The Ludwig von Mises Institute, 1984 [1969].
- Mises, Ludwig von, *Omnipotent Government: The Rise of the Total State and Total War*. Grove City: Libertarian Press, 1985 [1944].
- Moraes, Robson Narciso de, "O *Sonderweg* de Hans-Ulrich Wehler: Modernidade política no *Kaiserreich*." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.
- Nau, Heino Henrich, *Eine "Wissenschaft vom Menschen": Max Weber und die Begründung der Sozialökonomie in der deutschsprachigen Ökonomie 1871 bis 1914*. Berlin: Duncker & Humblot, 1997.
- Pearson, Heath, "Was There Really a German Historical School of Economics?" *History of Political Economy* 31, no. 3 (1999): 547-563. <https://doi.org/10.1215/00182702-31-3-547>.
- Rau, Karl Heinrich. *Lehrbuch der politischen Ökonomie. Vol 1: Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*. Heidelberg: C.F. Winter, 1826.
- Rau, Karl Heinrich, *Lehrbuch der politischen Ökonomie. Vol 2: Grundsätze der Volkswirtschaftspflege*. Heidelberg: C.F. Winter, 1828.
- Rau, Karl Heinrich, *Lehrbuch der politischen Ökonomie. Vol 3: Grundsätze der Finanzwissenschaft*. Heidelberg: C.F. Winter, 1832-37.
- Roscher, Wilhelm. *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirthschaft: Nach geschichtlicher Methode*. Göttingen: Dieterich, 1843.
- Roscher, Wilhelm. *System der Volkswirtschaftslehre. Erster Band. Die Grundlagen der Nationalökonomie*. 5. verm. und verb. Auflage. Stuttgart: Cotta, 1864.
- Roscher, Wilhelm. *Geschichte der National-Oekonomie in Deutschland*. München: Oldenbourg, 1874.
- Say, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique*. Paris: Crapelet, 1803.
- Schmölders, Günter, *Geschichte der Volkswirtschaftslehre*. Wiesbaden: Springer Fachmedien, 1961.

- Schmoller, Gustav von, "Offenes Sendschreiben an Herrn Professor Dr. Heinrich von Treitschke: über einige Grundfragen des Rechts und der Volkswirtschaft" *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik* 23, no. 1 (1874): 225-349.
- Schmoller, Gustav von, *Zur litteraturgeschichte der Staats- und Sozialwissenschaft*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1888
- Schmoller, Gustav von, *Grundriß der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*, volume 1. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.
- Schmoller, Gustav von, "Besprechung von: Schönberg, Dr. G., Professor, Handbuch der Politischen Oekonomie [1882]" In *Kleine Schriften zur Wirtschaftsgeschichte, Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik* editado por Wolfram Fiedler, e Rolf Karl, 65-72. Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1986.
- Spinner, Helmut, "Althoff and the Changing Constitution of Science: Bureaucratic, Economical or Cognitive?" *Journal of Economic Studies* 20, no. 4/5, (1993):134-166.
- Streissler, Erich, "Rau, Hermann and Roscher: contributions of German economics around the middle of the nineteenth century" *The European Journal of the History of Economic Thought* 8, no. 3 (2001): 311-331. <https://doi.org/10.1080/09672560110062951>
- Takebayashi, Shiro, *Die Entstehung der Kapitalismustheorie in der Gründungsphase der deutschen Soziologie: von der historischen Nationalökonomie zur historischen Soziologie Werner Sombarts und Max Webers*. Berlin: Duncker & Humblot, 2003.
- Tribe, Keith, *Governing economy: the reformation of German economic discourse 1750-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- Tribe, Keith, *Strategies of Economic Order: German Economic Discourse, 1750-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Tribe, Keith, *The Economy of the Word: Language, History, and Economics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.
- Tribe, Keith, "German Economics in the Early 19th Century" In *The New Palgrave Dictionary of Economics*, editado por Steven N. Durlauf e Lawrence E. Blume, 5234-5240. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.
- Wagner, Adolph. "Besprechung von: Dietzel, Heinrich. Über das Verhältnis der Volkswirtschaftslehre zur Sozialwissenschaftslehre (Berlin, Dr. Dissertation)" *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, 38, no.3-4 (1882): 771.
- Wagner, Adolph, "Marshall's Principles of economics", *Quarterly Journal of Economics* 5, no. 3, (1891): 319-338. <https://doi.org/10.2307/1879612>.
- Wagner, Adolph, *Lehr- und Handbuch der Politischen Oekonomie. Erste Hauptabteilung: Grundlegung der Politischen Ökonomie. Dritten Aufag*, Leipzig: Winter'sche Verlagshandlung, 1892.
- Wagner, Adolph, "Briefe von Adolph Wagner an Heinrich Dietzel". Berlim, 11 de Outubro de 1913 In *Der Sozialökonom Dietzel: Ein deutscher klassiker* de Carsten Kasprzok, 459-462. Marburg: Metropolis Verlag, 2005.
- Weber, Max, "Roscher und Knies und die logische Probleme der historischen Nationalökonomie [1903-1906]." In *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, editado por Johannes Winckelmann, 1-145. Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.
- Wehler, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. Vol. 3: 1849-1914. München: C. H. Beck, 2008.